

Revista Portuguesa
de História

RODRIGUES CAVALHEIRO — *1640, Richelieu e o Duque de Bragança*,
 Livraria Clássica Editora. Coleção «Gládio». Lisboa, 1942.
 Vol. de 81 págs.

O Dr. António Rodrigues Cavalheiro é certamente das pessoas que mais se têm dedicado ao estudo da história da Restauração e especialmente a um capítulo desta em que, por assim dizer, se fez especialista: os antecedentes da revolta e a influência que nela teve a política do cardeal Richelieu. Assunto difícil, este último, porque as fontes não abundam, e as poucas que existem nem sempre permitem ver claro no emaranhado dos sucessos. A natureza secreta de quase todas essas diligências e manobras deve ter contribuído decisivamente para que delas restassem poucos vestígios, tornando muito árdua a tarefa do investigador. Assunto difícil, portanto, mas, por isso mesmo, cheio de interesse. Assim o entendeu R. C. que, já desde os seus *Temas de História*, tem dirigido a sua atenção, com insistência, para este problema, procurando esclarecê-lo tanto quanto possível, publicando e comentando os documentos que a ele se referem. Complemento e síntese dos seus trabalhos anteriores sobre esta matéria é 0 pequeno volume que intitulou: *1640, Richelieu e o Duque de Bragança*.

Correspondendo à divisão do título, a obra aparece-nos constituída por três partes: uma sobre *As causas internas do 1º de Dezembro*, outra relativa a *Os agentes secretos de Richelieu*, e a última tendo por objecto *A atitude, do Duque de Bragança*.

Começa o A. por lembrar um facto que «parece indiscutível»: o de que «o domínio filipino em Portugal não foi ainda convenientemente estudado» (p. 7), resultando dessa lacuna as concepções opostas que surgem na apreciação desse «período obscuro da nossa História». Acha, no entanto, conveniente, «recordar alguns factos que se afiguram averiguados» (p. 8). Passa então a expor «a querela sucessorial de 1580»; segue neste ponto, o estudo do Dr. Hipólito Raposo sobre *Direito e Doutores na sucessão felipina*, e conclui que Filipe 11, «muito mais do que por direito próprio, [...] foi Rei de Portugal através da sua tortuosa diplomacia, do ouro distribuído por Cristóvão de Moura, e, por fim, à ponta de lança, com os terços do Duque de Alba» (p. 10). Recorda,

depois, «as violências do invasor», baseado principalmente numa carta de 13 de Abril de 1581, «possivelmente dum cônsul francês» que se encontrava em Lisboa, e que nos dá pormenores interessantes sobre a vida da capital na hora da ocupação estrangeira. Mostra como as promessas das Cortes de Tomar foram esquecidas pelos monarcas espanhóis, e, passando a apreciar as causas do levantamento, distingue as causas *materiais* das *espirituais* (p. 16), englobando nas primeiras o descalabro económico e financeiro, o peso dos tributos, a decadência militar e naval, a perda de muitas possessões ultramarinas, e apontando entre as últimas o sebastianismo, a grande difusão das obras de Camões em edições sucessivas e a historiografia de Alcobaça. Termina o A. esta primeira parte pondo em foco «o nacionalismo do clero», a quem se deve especialmente «uma das manobras políticas que tornou possível a Restauração: — a aplicação na pessoa do Duque de Bragança dos vaticínios sebásticos „que anunciavam a vinda do *Encoberto...*» (p. 25), e recordando, em algumas páginas, vários episódios e anedotas que documentam «a acção patriótica dos jesuítas».

Na segunda parte do seu trabalho trata o A. de «um dos mais curiosos problemas que se relacionam com os antecedentes da Revolução de 1640», o qual vem a ser «o da intervenção da França através da hábil política secreta do Cardeal de Richelieu, nos preparativos do movimento que veio a deflagrar na manhã histórica do i.º de Dezembro» (p. 3i). Principia por citar «o testemunho dos textos franceses», aliás contraditórios em alguns pontos, e invoca «um documento diplomático comprovativo», que é um papel do Dr. Duarte Ribeiro de Macedo, entregue em 165g a Mazarino pelo Conde de Soure, embaixador de Portugal. Nele se lê, entre outras coisas, que Luís xm, «prometendo com seguranças, e firmas Reaes, não fazer paz, ou tregoa com Castella, sem incluzão dos Portuguezes muito a seu contentamento, unindo com estreito vínculo os interesses de ambas as Coroas, fez resolver o Príncipe D. João a se declarar Rei de Portugal no primeiro dia de Dezembro do anno 1640». E o A. comenta: «Nada mais claro. Pelas expressões do diplomata português verifica-se, pois, que o movimento libertador do i.º de Dezembro fora precedido de sérias negociações com a França, que connosco assumira compromissos, que mais tarde havia de esquecer» (p. 38). Resumindo

o que sabemos, com base nos documentos, sobre a acção da França a favor da independência portuguesa, escreve o A. que, desde as cartas de Voiture, «onde se vislumbra a primeira aspiração restauracionista», às informações do P.[®] Carré; desde a acção do misterioso *Manuelinho* de Évora, aos enredos do judeu Afonso López; desde as instruções do arcebispo de Bordéus aos «episódios romanescos do jogador israelita num moinho de Montmartre e do Príncipe Casimiro da Polónia» ; desde o relatório do ouvidor de Granada a Filipe iv às referências de Passarelli a uma correspondência secreta entre Richelieu e o Duque de Bragança; desde «o que se pode adivinhar» do papel desempenhado nas vésperas do i.^o de Dezembro por Sanches de Baena, Fr. Domingos do Rosário e João Pinto Ribeiro, às anedotas contadas por Tallement des Réaux nas *Historiettes*, — tudo leva a concluir «que a França, através da rêde vastíssima de espões e de informadores confidenciais^ de que dispunha o insigne estadista que a governava então, contribuiu grandemente para fomentar entre nós a rebelião contra o domínio castelhano» (p. 38-39). Seguidamente, o A. alonga-se sobre a viagem de Voiture a Portugal (i633), as informações de Carré e de Afonso López, as instruções ao arcebispo de Bordéus, comandante da esquadra do Atlântico, a quem se ordenava que prestasse «au besoin secours au Portugal», e a famosa instrução ao senhor de Saint-Pé (i5-Agosto-i638), contendo um verdadeiro plano de colaboração, militar entre a França e Portugal, no caso de este país querer revoltar-se. Por último, é dado especial relevo à «aventura» do príncipe Casimiro da Polónia, — que em i638 quis ser vice-rei de Portugal, vindo a ser aprisionado num porto do sul da França, quando se dirigia à Espanha, — e ao «eficaz auxílio dos judeus», revelado por vários factos, entre os quais o estranho episódio do moinho de Montmartre.

A terceira e última parte do livro é dedicada a combater «quatro afirmações menos exactas, que têm passado por verdades incontroversas, e que convém reduzir às suas proporções de autênticas fantasias literárias, sem a mais leve sombra de base documental» (p. 53). A primeira é a que, opondo-o a seu filho, «apresenta o Duque D. Teodósio como o guarda zeloso e fiel da esperança nacionalista dos portugueses»; a segunda mostra-nos D. Duarte, o irmão do futuro rei, «como o candidato que, pela sua ousadia e

decisão, melhor convinha aos conjurados...»; «a terceira pretende que D. Luisa de Gusmão teve um papel predominante na resolução, tomada em Vila-Viçosa pelo Duque seu marido, de aceitar a coroa que lhe ofereciam...»; e a quarta «atribui a D. João uma tal pusilanimidade que quási no-lo retrata recebendo à força o cetro governativo... » (p. 53-54). Sempre fundado em documentos, o A. demonstra sucessivamente, que não há motivos para opor D. Teodósio e D. Duarte a D. João como modelos de intransigência patriótica, que é lendária a célebre frase atribuída a D. Luisa de Gusmão, e que, se houve um conspirador que não desanimou, esse foi o Duque de Bragança, ao mostrar-se resolvido a sair a campo «com os povos do Alentejo», no caso de os conjurados de Lisboa cederem ao desânimo e não se atreverem a levar à frente o propósito da revolta. A terminar, R. C. evoca a visita do Duque a Évora, em 1635, da qual «fácilmente se depreende que os espíritos estavam preparados para ver D. João no trono», pois foi recebido com tal alegria e entusiasmo «que só faltou aclamarem-no Rei» (p. 70). Na opinião do A., o Duque principiava deste modo «a auscultar a opinião pública e a reunir elementos para a batalha» (p. 66). E em 1640 «D. João solta nos seus domínios o grito libertador ainda antes de chegarem as primeiras notícias do acontecimento» (p. 73), pois já no dia 2 se dirige como soberano à câmara de Évora (p. 81, nota 99).

Resumido, a traços largos, o estudo de R. C., passaremos a fazer algumas observações críticas.

Em primeiro lugar, não serão excessivamente carregadas as cores com que o A. nos pinta o domínio espanhol em Portugal? Não há dúvida que os documentos que conhecemos nos mostram com frequência ruínas, vexames, perseguições, descabros (p. 16). Mas não será um pouco de exagero escrever que «o domínio espanhol atirou-nos para a extrema decadência, sugou-nos o último cruzado, desmantelou-nos por completo o arcabouço económico, asfixiou-nos o comércio e a agricultura, reduziu à derradeira extremidade a marinha e a defesa nacional, escancarou-nos os domínios ultramarinos à cobiça e à invasão estrangeira» (p. 16)? Dado que, como o A. muito bem lembra, «o domínio filipino em Portugal não foi ainda convenientemente estudado» (p. 7), parecem-nos prematuras aquelas conclusões, formuladas com tal gene-

ralidade e em termos absolutos. Independentemente dos resultados a que deva levar-nos o estudo da documentação da época, — e só esse será decisivo,—pode levantar-se esta questão: se aquelas palavras exprimem, à letra, a situação de Portugal no período de 1580-1640, como se compreende que o país ainda tenha tido forças, não só para sacudir o governo estrangeiro, em 1 de Dezembro, mas também — o que é muito mais — para sustentar vitoriosamente uma guerra esgotante de 28 anos? Falar da decadência da Espanha nada explica, visto que nós estávamos igualmente em «extrema decadência». Factores psicológicos e afectivos ? Por certo que foram muito importantes, mas não bastam, nem nunca bastaram, para fazer a guerra; esta exige soldados, armas, navios, mantimentos, dinheiro... O problema torna-se mais agudo se nos lembrarmos que, durante quase toda a guerra da Restauração, Portugal teve de lutar também contra a Holanda (então no apogeu do seu poderio), e, embora perdendo o império do oriente, conseguiu reconquistar S. Tomé, Angola e o norte do Brasil. Quer dizer: a nação revelou ainda, na segunda metade do século xvii, uma vitalidade que não pode ter nascido por milagre no dia 1 de Dezembro de 1640 — sob pena de negarmos a continuidade histórica. E de crer, por isso, que a decadência não tenha sido tão completa nem tão profunda como geralmente se diz. Mas isto é o que nos parece, por motivos lógicos; só os documentos, cuidadosamente estudados, poderão ter um dia a última palavra.

Referindo-se ao mesmo período, escreve o A. que «no Oriente, na África, no Brasil, franceses, ingleses e holandeses apoderam-se da melhor parte do nosso domínio ultramarino» (p. 19). Ora, não nos parece justo, historicamente, colocar no mesmo plano aquelas três nacionalidades. Realmente, o que vemos é que do Brasil a Angola, de Moçambique à Índia, da Malásia às Molucas, a grande inimigo, o maior de todos era o holandês. Franceses e ingleses causaram importantes prejuízos às nossas armadas, mas a ruína do império oriental deve-se principalmente às Províncias Unidas.

A propósito da famosa instrução de 15 de Agosto de 1638, O A. parece acreditar na vinda a Lisboa, nesse mesmo ano, do cônsul Saint-Pé, destinatário da instrução (p. 34 e 42), cujo título deve tê-to iludido. Na verdade, quem veio a Lisboa trazer as propos-

tas de Richelieu foi Tillac, «confidente» de Saint-Pé, tendo este ficado em Fraça (4).

O papel de Duarte Ribeiro de Macedo não tem o valor que o A. lhe atribui, como bem demonstrou Carlos Roma do Bocage (*). Desafiado por Mazarino a que apresentasse provas da afirmação de que Luís xni prometera «com seguranças, e firmas Reaes» não fazer paz ou trégua com Castela sem a inclusão de Portugal, o embaixador Conde de Soure não pôde dar resposta satisfatória.

A instrução de 1638 a Saint-Pé dizia que o seu confidente (Tillac) deveria dirigir-se em Lisboa «au capitaine George d'Azevedo», a quem entregaria cartas, procurando saber «du chancelier et du capitaine d'Azevedo si les Portugais se veulent ouvertement révolter...» Quem eram este chanceler e este capitão Azevedo, que deviam ser pessoas importantes na conjura? Quanto ao último, R. C. admite que fosse Gonçalo Soeiro de Azevedo, procurador do Duque de Bragança em Sousel, e no que respeita ao chanceler, diz que tanto podia ser Luís Pereira de Castro, chanceler da Casa da Suplicação, como João Pinheiro, chanceler das três Ordens Militares (p. 43-44). Posteriormente à publicação do trabalho de R. C., I. S. Révah demonstrou que o chanceler era o chanceler-mor Fernão Cabral e que Azevedo era o capitão Jorge de Azevedo de Mesquita (3).

Ao tratar çla «aventura de Casimiro da Polónia», o A. chama ao irmão de Ladislau iv «estranha figura de aventureiro e de semi-louco» (p. 44) e ainda «Príncipe semi-bárbaro» (p. 46), o que é manifesto exagero. A sua vinda à península ibérica não resultou, como pode parecer à primeira vista, de um acesso de delírio (p. 45), pois tinha antecedentes e torna-se compreensível à luz das relações hispano-polacas da época, como esperamos demonstrar

(*) I. S. Révah, *Le Cardinal de Richelieu et la Restauration du Portugal*, Lisboa, 1950, p. 23. O texto da instrução pode ver-se, por exemplo, em M. B. Amzalak, *As relações diplomáticas entre Portugal e a França no reinado de D. João IV (1640-1656)*, Lisboa, 1934, p. 2-5, e em Révah, *ob. cit.*, p. 20-23.

(2) C. Roma do Bocage e E. Prestage, *Relação da Embaixada a França em 1641 por João Franco Barreto reimpressa com notícias e documentos elucidativos*, Coimbra, 1918, p. XL-XLIV. Cfr. Révah, *ob. cit.*, p. 50.

(1) Révah, *ob. cit.*, p. 24-26.

em próximo trabalho. Não há — que saibamos — motivos para pensar que o príncipe vinha resolvido a ocupar o trono de Portugal «de qualquer maneira», como o A. admite, embora por hipótese (p. 45). Não sabemos, nem o A. nos diz, em que se funda para aceitar a data de 10 de Maio de 1638 como sendo a da prisão de Casimiro da Polónia (p. 46) ; quanto ao mês e ao ano não há dúvidas, mas o mesmo não acontece com o dia ⁽⁴⁾. Afirma R. C. que «Richelieu só pôs Casimiro em liberdade quando a sua acção de forma alguma podia prejudicar os planos que tinha a respeito de Portugal», e que «por isso, na primavera de 1641, já quando se encontrava em Paris a primeira embaixada de D. João iv a França, é que o Príncipe polaco saiu da prisão por ordem do Cardeal» (p. 46-47). Neste ponto, o A. confiou em Saint-Aymour e foi induzido em erro. Na verdade, o príncipe João Casimiro da Polónia saiu da prisão de Yincennes muitos meses antes da revolução portuguesa de 1640, provavelmente nos últimos dias de Fevereiro deste ano; partiu de Paris a caminho da Polónia nos fins de Março, e «na primavera de 1641» encontrava-se em Varsóvia. Entretanto, Richelieu não deixou de tomar as suas medidas, pois só libertou o príncipe depois de obter declarações escritas assinadas pelo próprio João Casimiro, pelo rei da Polónia, pelo embaixador polaco Gosiewski e por 52 senhores da corte de Varsóvia, contendo a promessa de que o irmão do rei não cometeria nenhum acto de hostilidade contra a França ⁽⁵⁾.

Quanto ao misterioso encontro de um judeu português com Blondel num moinho de Montmartre, narrado minuciosamente nesta obra (p. 47-50) com base nas *Memórias* do Conde de Brienne, fez bem o A. em lembrar que este episódio «talvez tivesse chegado até nós deformado pela literatura» (p. 47), pois é difícil

⁽⁴⁾ A mesma data é apresentada por Saint-Aymour, *Recueil des instructions données aux ambassadeurs et ministres de France [...]. Portugal*, Paris, 1886, p. xxii, e por Révah, *ob. citp.* 27.

⁽⁵⁾ Gfr. Ave ne 1, *Lettres, instructions diplomatiques et papiers J État du Cardinal de Richelieu*, tomos v, vi, vu e vm, Paris, 1663-1677, passim ; A. Boppe, *Correspondance inédite du Comte d'Avaux (Claude de Mesmes) avec son père Jean-Jacques de Mesmes, Sr de Roissy, (162J-1642)*, Paris, 1887, p. 167-168[^] 205, 207, 211. Reuniremos vários documentos sobre este assunto no nosso trabalho em preparação : *O príncipe João Casimiro da Polónia e a vice-realeza de Portugal (1638-1640)*.

admitir a historicidade de todos os seus romanescos pormenores ⁽⁶⁾. Em todo o caso, é possível que a narrativa tenha um fundo de verdade, dada a sua coincidência, em pontos importantes, com uma *Memória* escrita por Saint-Pé em 1646 ⁽⁷⁾.

Terminaremos este comentário às páginas de **R. C.** que se referem à influência de Richelieu nos preparativos da revolução portuguesa chamando a atenção para alguns pormenores que, se não estamos em erro, têm escapado aos investigadores, mas que parecem constituir outros tantos indícios da acção do ministro francês e do interesse que lhe mereceu a situação portuguesa nas vésperas do movimento de 1 de Dezembro. Assim, por exemplo, informa Avenel que se encontram no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de França (secção *Allemagne*, t. xv, doc. 176) vários projectos de 163g segundo os quais se poderia pôr termo às questões entre a França e a Casa de Austria. Está escrito à margem que os projectos seriam entregues aos plenipotenciários e enviados à assembleia da paz, «afin qu'ils ayent une idée de ce qui pourroit estre fait, sans pouvoir de rien conclure». O resumo do primeiro destes projectos, dado por Avenel, termina com as palavras: «Trouver des tempéraments pour Catalogne et Portugal» ⁽⁸⁾. Por outro lado, em carta para Chavigny, escrita de Ruel em 23 de Abril de 1640, dizia Richelieu: «Il est important de voir bientost ce que les Hollandais feront pour les Portugais» ⁽⁹⁾. E Avenel acrescenta, em nota, mas infelizmente sem esclarecer grande coisa: «Au moment où Richelieu écrivait cela, les Hollandais prenaient une résolution favorable» ⁽¹⁰⁾. Verifica-se, pois, que o Cardeal não perdia de vista os acontecimentos do nosso país, e, o que é mais, os holandeses parece que estavam também ao corrente do que se passava, mantendo contactos com Richelieu a propósito deste assunto. Em apoio deste ponto de

(®) **R. G.** concorda com Gastão de Melo de Matos quando este conclui «pela inverosimilhança de muitos pormenores dados por Brienne», e acentua: «O realce literário que se pretendeu dar ao facto, prejudicou a verdade histórica, como tantas vezes tem acontecido» (p. 35-36).

⁽⁷⁾ 1640, *Richelieu e o Duque de Bragança*, p. 35; Révah, *ob. cit.*, p. 35 e 95.

⁽⁸⁾ Avenel, *ob. cit.*, t. vn, p. 802-803.

⁽⁹⁾ *Ibid.* t. vii, p. 363.

⁽¹⁰⁾ *Ibid.*, l. vii, p. 363, nota 1.

vista, convirá talvez aproximar daquela carta do Cardeal um passo da instrução de 1638 para Saint-Pé, que diz, referindo-se a Tillac: «... il demandera quelle assurance le pays de Portugal veut donner aux François et aux Hollandois, ou aux François seuls, ainsi qu'ils estimeront plus à propos, si on les va secourir... » (41). Lembremos, por último, que, 34 anos depois da revolução de 1640, um diplomata francês que representava o seu país em Varsóvia, Toussaint de Forbin, devia conhecer, ao menos por tradição, as manobras de Richelieu a favor da independência portuguesa, pois, ao escrever a Luís xiv sobre propostas que lhe teria feito o rei da Polónia João Sobieski, dizia que este oferecia obrigar-se por um tratado a atacar o imperador na Silesia, e, não sendo possível, prometia agir dissimuladamente na Hungria, «comme il a été fait en Portugal», dando auxílio aos descontentes e enviando-lhes tropas (12).

Resta-nos fazer referência à tese que o A. defende um pouco por todo o livro, e, de um modo especial, na sua última parte: o silêncio das crónicas contemporâneas acerca dos entendimentos secretos com Richelieu explicar-se-ia «porque todas as essas manobras de alta política competiam em exclusivo ao Duque de Bragança e a um ou dois partidários fidelíssimos», donde se deveria concluir que «o futuro D. João iv, há mais tempo do que os conjurados de Lisboa, e com muito maior segurança, ia tecendo a teia da nossa libertação» (p. 50); a parte mais sólida dessa teia estaria nas mãos de D. João e seria «a ligação com os espões do Cardeal, que, num vaivém contínuo, não se cansam de acenar com promessas sedutoras» (p. 72), conseguindo o Duque, muito hábilmente, obrigar Richelieu «a compromissos solenes» (p. 44). Trata-se, como já foi observado, de uma tese «qui ne paraît pas soutenue par les documents» (13). Realmente, as provas apresentadas por R. C. parecem-nos muito frágeis. Nada se pode concluir, como já vimos, do papel escrito em 1669 por Duarte Ribeiro de Macedo; a afirmação de Passarelli sobre uma suposta troca de correspondência entre Richelieu e o Duque de Bragança ainda não teve, até hoje, confirmação documental, pelo que não pode acei-

(41) Révah, *ob. cit.*, p. 21-22.

(12) Ver, sobre este ponto, o nosso estudo intitulado *As Cortes de iôjg-1680 e o auxílio à Polónia para a guerra contra os turcos*, Coimbra, 1951, p. 2-3.

(13) Révah, *ob. cit.*, p. 39; cfr. p. 3q-5i.

tar-se como certeza incontroversa ; a hipótese com que se procura explicar o silêncio das obras contemporâneas não parece sustentável, pois a instrução de 1638 a Saint-Pé mostra claramente que as «manobras de alta política» não competiam «em exclusivo ao Duque de Bragança e a um ou dois partidários fidelíssimos» (14); O texto da *Restauração de Portugal Prodigiosa* prova, sem dúvida, que «um poderoso Príncipe» ofereceu ao Duque de Bragança «grandes ajudas», mas prova também que D. João não quis então utilizá-las, e, além disso, não permite supor que tenha havido propriamente negociações. E assim somos levados a concluir que, pelo menos neste aspecto, «ainda hoje é um enigma a atitude do Duque de Bragança, futuro D. João ív, durante a época que precedeu imediatamente a Restauração» (15). Podem formular-se hipóteses, mais ou menos verosímeis — mas é tudo, enquanto não aparecerem novos documentos que as transformem em certezas.

Estas observações críticas que fizemos não pretendem negar o interesse e o valor do trabalho do Sr. Dr. Rodrigues Cavalheiro; são antes uma prova da atenção cuidadosa que ele nos mereceu. Tratando-se, como já acentuámos, de um estudo difícil, porque os documentos são poucos, nem sempre seguros, e às vezes contraditórios, não é de admirar que o A. tenha sido tentado a defender algumas opiniões um tanto aventureosas e que tenha caído num ou noutro pequeno deslize. Em todo o caso, este volume é uma obra de mérito, que nos dá uma ideia bastante completa dos antecedentes e causas da Restauração, da política portuguesa de Richelieu e da atitude do Duque de Bragança. As notas bibliográficas reunidas nas páginas finais (p. 75-81) documentam a seriedade com que o A. trabalhou e valorizam o livro.

LUÍS FERRAND DE ALMEIDA

(14) Vê-se, pelo texto da-instrução, que Tillac levava cartas, não só para o capitão Azevedo, mas também para outras pessoas; do mesmo modo, as propostas deviam ser apresentadas a Azevedo, ao chanceler-mor e a outros não especificados: «Si ledit chancelier, d'Azevedo et autres, à qui il fera cette proposition, lui témoignent désirer un plus grand secours... »

(15) António A. Dória, *Notas ao Conde da Ericeira* *Historia de Portugal Restaurado*, vol. 1, Porto, 1945, p. 476. Sobre o problema da atitude do Duque de Bragança, ver ainda as acertadas considerações do mesmo autor, *ibid.*, p. 477-479-